

1 TELETRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: uma análise dos instrumentos coletivos na região de minas gerais e um apontamento sobre uma regulação para o trabalho digno

TELEWORK IN PANDEMIC TIMES: an analysis of the collective instruments in the region of minas gerais and a note on a regulation for decent work

Karen Artur¹

Júlia Oliveira Pessôa²

Palavras-chave: teletrabalho; Minas Gerais; reforma trabalhista; Covid -19.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de IC³ e faz parte das pesquisas desenvolvidas no Grupo TRADJUST, coordenado pela Profa. Karen Artur, em parceria com pesquisadores da Rede de Monitoramento da Reforma Trabalhista, tendo sido publicado em capítulo de livro (ARTUR, PESSÔA, 2022).

Foi realizado por meio da análise das cláusulas sobre teletrabalho nos instrumentos coletivos de Minas Gerais, de 2020, levantados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) no sistema mediador. Seu objetivo foi verificar se tais cláusulas sinalizavam para uma maior proteção que a conferida pela Reforma ou, ao contrário, significavam uma continuidade com suas diretrizes precarizadoras num contexto de pandemia em que os trabalhadores mais precisaram de proteção diante do aumento de sua vulnerabilidade. Além disso, buscou como o tema tem sido tratado na doutrina trabalhista, de modo a abordar sua aproximação ou distanciamento das discussões de estudos sociológicos sobre a adoção do teletrabalho em tempos de Covid-19.

Como resultados, encontrou-se um quadro de ampla desproteção em tais instrumentos coletivos, no qual a reforma trabalhista expressou seu objetivo de transferência de custos aos trabalhadores. Dos 542 acordos que registravam alguma cláusula sobre teletrabalho, apenas 4 expressamente determinaram a ajuda de custo relativa às despesas no regime de trabalho.

Por sua vez, observou-se a existência de uma doutrina trabalhista atenta às problemáticas do teletrabalho em contexto de pandemia, sendo recorrentes as temáticas do teletrabalho da mulher, das despesas do teletrabalho, do regime laboral impositivo e do direito à desconexão.

Em termos comparativos, os resultados deste trabalho se aproximam daqueles encontrados em outra pesquisa do TRADJUST, que trouxe um panorama dos instrumentos coletivos sobre teletrabalho nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, estabelecidos em 2020. Embora com mais instrumentos positivos para os trabalhadores, essa pesquisa também apresentou um cenário de instrumentos indutores da individualização das negociações sobre teletrabalho e da transferência de custos e riscos para o trabalhador (ARTUR; MARCELINO, 2022).

Assim, os avanços das discussões doutrinárias, a realidade das condições de trabalho encontradas na literatura e o quadro das negociações coletivas aqui pesquisados reforçam a necessidade de um arranjo institucional que efetivamente traga dignidade para essas relações, que deve contemplar: fornecimento de toda a infraestrutura adequada e necessária para o teletrabalho; controle da jornada de trabalho e direito à desconexão; medidas efetivas

¹ Profa. Adjunta da Faculdade de Direito da UFJF.

² Graduanda em Direito pela UFJF.

³ Bolsa Voluntária de Iniciação Científica VIC/UFJF – Edital UFJF PIBIC / VIC -Vigência: 2021– 2022.

de conciliação do trabalho com vida familiar; acesso à informação; mesmas oportunidades que os demais trabalhadores; combate a monitoramentos prejudiciais, bem como ao assédio moral e sexual; manutenção de benefícios básicos relativos à alimentação; formação de trabalhadores e gestores na temática de saúde e segurança; fornecimento de apoio profissional; estímulo à comunicação e ao convívio com os colegas, e, principalmente, participação nas negociações coletivas.

Por fim, entende-se que a recente legislação do teletrabalho ainda precisa de aprimoramentos para ser um vetor de um trabalho digno.

Referências Bibliográficas

ARTUR, Karen; PÊSSOA, Júlia Oliveira, Teletrabalho em tempos de pandemia: uma análise de acordos coletivos trabalhistas na região de Minas Gerais. In RODRIGUES, Maria Cristina; BARROSO, Márcia e PESSANHA, Elina (orgs). **Trabalho em tempos de crise: desafios e perspectivas da luta por direitos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022, p. 121-142.

ARTUR, Karen; MARCELINO, Amanda Carrara. Teletrabalho na pandemia: uma análise de instrumentos coletivos em SP e RJ levantados pelo Dieese no Sistema Mediador. In PARANHOS, Monica; RODRIGUES, Maria Cristina e PESSANHA, Elina (orgs). **Dieese - Instituição da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022, p. 171-186.

BRIDI, Maria Aparecida; MACHADO, Sidnei. O teletrabalho no Brasil: de 2017 e o trabalhista a reforma contexto na Covid-19. In KREIN, et al. **O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017)**. São Paulo: CESIT - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021, p. 188-217.

DURÃES, Bruno; BRIDI, Maria Aparecida; DUTRA, Renata Queiroz. O teletrabalho na pandemia de Covid-19: uma nova armadilha do capital? **Sociedade e Estado [online]**. 2021, v. 36, n. 03, pp. 945-966. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/b56QNc5Fq73NVbkjZSH3hjj/?lang=pt#> . Acesso em: 10 dez. 2021.

FELICIANO, Guilherme Guimarães; PASQUALETO, Olívia de Quintana Figueiredo. Teletrabalho, Saúde e Segurança do Trabalho e Regulamentação Estatal: pandemia, aprendizados e perspectivas futuras. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 66, n. 102, p. 107-127, jul./dez. 2020.

FOGAÇA, Vitor Hugo Bueno; MACHADO, Matheus Vinicius. O teletrabalho como regime laboral impositivo durante a pandemia de Covid-19: primeiras impressões sobre o caso brasileiro. **Revista dos Tribunais**, vol. 1025/2021. Revista dos Tribunais Online, 2021, p. 227-243.

MENDES, Iratema Cristiane Martis; MACHADO, Isabella. Covid-19 – Teletrabalho da Mulher e Impacto na Vida Familiar. **Revista de Direito do Trabalho**, vol. 216/2021. Revista dos Tribunais Online, 2021, p. 273-300.

ABET, CUT-RJ/CUT-SP, AMORJ. RELATÓRIO DE PESQUISA “Percepção dos/as trabalhadores/as sobre teletrabalho”. 12 de julho de 2021. Disponível em:

trabalho.org.br/relatorio-de-pesquisa-percepcoes-dos-as-trabalhadores-as-sobre-teletrabalho-cut-abet-amorj/. Acesso em 16 out 2021.

SCALZILLI, Roberta. O Direito à Desconexão: uma análise crítica do instituto do teletrabalho brasileiro frente ao dano existencial como consequência da jornada excessiva de trabalho em tempos de pandemia. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, edição especial, t. II, p. 643-664, jul. 2020.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. O repasse dos custos do teletrabalho aos empregados é enriquecimento ilícito? **ConJur (Consultor Jurídico)**, São Paulo, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jan-18/direito-civil-atual-repasse-custos-teletrabalho-aos-empregados>. Acesso em: 25 mar. 2022.